



COMITÊ HISTÓRICO
DO ACORDO DE
BELFAST

A Resolução dos Conflitos entre
Irlanda do Norte e
República da Irlanda (1998).

XVII ONU Jr.

GUIA DE ESTUDOS

RONALDO DE SOUZA RAPOSO SOBRINHO
VICTOR HUGO TORRES DE OLIVEIRA
MARIA ISABEL ALVES FERREIRA PAIVA
REBECA TEIXEIRA PENNA

CONFERÊNCIA HISTÓRICA DO ACORDO DE BELFAST

A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA IRLANDA DO NORTE
(10/04/1998)

RIO DE JANEIRO
2019

RONALDO DE SOUZA RAPOSO SOBRINHO
VICTOR HUGO TORRES DE OLIVEIRA
MARIA ISABEL ALVES FERREIRA PAIVA
REBECA TEIXEIRA PENNA

CONFERÊNCIA HISTÓRICA DO ACORDO DE BELFAST

A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA IRLANDA DO NORTE
(10/04/1998)

Guia de Estudos da 17^a edição do Modelo
Diplomático ONUJr., acerca dos conflitos entre
as Irlandas, para a Conferência Histórica do
Acordo de Belfast de 1998 (CHAB).

RIO DE JANEIRO
2019

SUMÁRIO

1. Carta de Apresentação aos Delegados	4
2. Introdução ao conflito	6
2.1. Noções de divisão territorial	6
2.2. Breve explicação do conflito	7
3. Contexto Histórico	10
3.1. Ocupação da Província Irlandesa	10
3.1.1. A Reforma Protestante e a Resistência Irlandesa.....	11
3.1.2. Formação do IRA	13
3.2. Independência da República da Irlanda.....	14
3.2.1. Guerra Anglo-Irlandesa.....	14
3.2.2. Tratado Anglo-Irlandês.....	15
3.3. Ressurgimento do conflito.....	16
3.3.1. Desenvolvimento da Crise.....	16
3.4. O Acordo de Belfast.....	17
3.4.1. Possibilidades de posicionamento	18
5. Conclusão.....	19
6. Representações	20
7. Funcionamento do Comitê	36
8. Referências Bibliográficas.....	40

1. Carta de Apresentação aos Delegados

Querides delegades,

É com imenso prazer que apresentamos a vocês o guia de estudos da Conferência do Acordo de Belfast!

Nosso principal objetivo com este documento é trazer um panorama acerca da questão que abordada, a fim de que seja possível construir um arcabouço teórico que fundamente seus futuros argumentos. Entendemos que a proposta do comitê é, de certa maneira, atípica e, por isto, buscaremos ao longo das páginas simplificar a temática e a dinâmica o máximo possível.

A modalidade de comitês históricos foge um pouco ao escopo tradicional, uma vez que não se vinculam a um órgão ou organismo internacional. Dessa forma, os documentos e a disposição variam, mesclando ingredientes de vários comitês já conhecidos. Como nosso objetivo é remontar a conjuntura internacional pré-Acordo de Belfast, trataremos ao longo das páginas do desenvolvimento do conflito e das maneiras sobre como poderão reestabelecer tais vínculos.

Um dos maiores desafios de qualquer comitê histórico é a criatividade. Isto porque a maioria das temáticas já foram tratadas e, de certo modo, resolvidas. O fato é que, para tais questões estarem reverberando até o presente momento, significa que alguma brecha existe desde tal resolução, cabendo a vocês, delegadxs, pensarem uma nova maneira de lidar com tais problemáticas.

O Acordo de Belfast, apesar de pouco falado, é um dos principais pontos de inflexão no que tange à saída do Reino Unido da União Europeia, uma vez que a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias entre a Irlanda do Norte – território britânico – e República da Irlanda corre o risco de deixar de existir, acarretando a ressurgência de debates acerca da independencia da Irlanda do Norte, que há décadas estavam adormecidos.

Deste modo, apesar de condicionados ao início dos anos 2000, xs senhorxs terão de analisar a política internacional atual a fim de evitar que as correntes situações reincidam no futuro do comitê. Em vista disso, acreditamos que vocês terão um bom trabalho pela frente, mas com muito diversão. Nosso objetivo, para além de acrescentar-lhes academicamente, é criar um ambiente agradável tanto para quem está iniciando agora quanto para quem está na Modelândia há um tempo, a fim de que a troca de experiências e o clima de irmandade sejam fatores presentes.

Ademais, só podemos contar os dias para estarmos com vocês. Em breve, nos veremos em Niterói. Até lá, desejamos bons estudos a todos. Lembrem-se que o Guia, como o próprio nome diz, serve para norteá-los, fato que exige comprometimento de cada delegado no que tange ao aprofundamento das questões e à construção dos argumentos. De toda forma, caso haja alguma dúvida, estamos à disposição!

Com carinho,

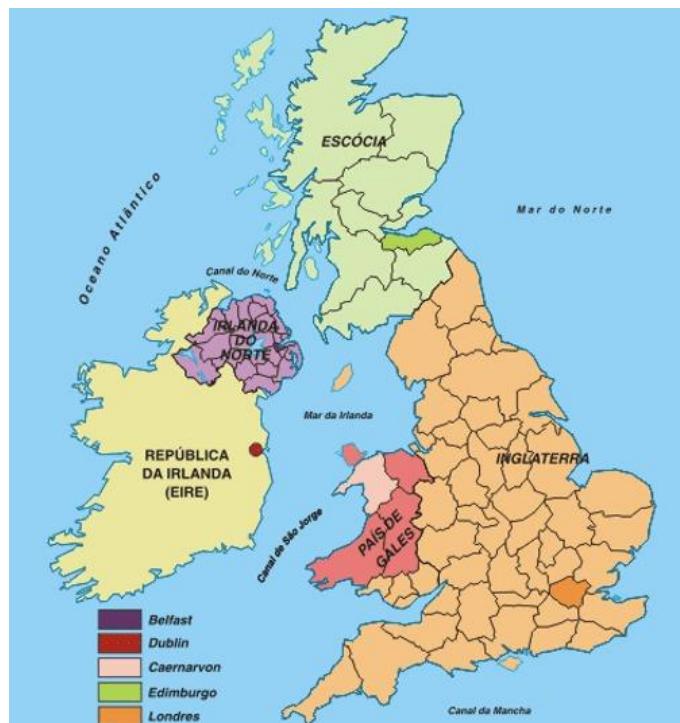
Ronaldo Raposo / Victor Hugo Oliveira / Maria Isabel Paiva / Rebeca Penna

2. Introdução ao conflito

Antes de adentrarmos nas questões mais aprofundadas desta temática, deve-se tratar de alguns conceitos e nomenclaturas que causam certa confusão na hora de pensar esta parte da Europa. Além disso, este tópico visa explicar os principais pontos sobre quais o conflito está fundamentado, além de projetar os impactos deste na atualidade, de modo a produzir a possibilidade de repensar as atitudes e ações tomadas ao longo da execução do Acordo.

2.1. Noções de divisão territorial

É muito comum confundir Reino Unido com Grã-Bretanha, ou Irlanda do Norte com Irlanda. Dessa forma, a fim de elucidar estes tipos de questões, segue em anexo o mapa da divisão política atual junto à explicação das nomenclaturas usadas para referir-se às divisões territoriais desta parte da Europa.



A Grã-Bretanha é o nome dado à maior das ilhas britânicas, abarcando Inglaterra, a Escócia e o País de Gales. Já o Reino Unido diz respeito ao reino que une os países Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, organizados em torno da Coroa de Elizabeth II, que hoje é o mesmo que Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. Este é, atualmente, o nome completo do Reino Unido. É importante frisá-lo porque este nome já variou ao longo dos

anos (vide próximo ponto). Por outro lado, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda é a antiga designação para referir-se ao Reino Unido. Era chamado assim antes da independência da República da Irlanda, em 1921.

A Inglaterra é centro de gravidade da Grã-Bretanha, isto é, é o principal centro de poder econômico e político do reino. A capital deste país, Londres, muitas vezes é referida como sendo a capital da Grã-Bretanha, porém, é importante ressaltar que, oficialmente, tal título é inexistente.

As Ilhas Britânicas são arquipélago de seis mil ilhas, que incluem, além da Grã-Bretanha, Ilha de Man, Jersey e Guernsey (dependências da Coroa, mas não parte do Reino). No início, a ilha da Irlanda era chamada também de ilha Britânica, mas, depois da independência, obteve sua denominação própria (AFP, 2018). A ilha da Irlanda referente à ilha que engloba a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A porção norte da ilha é a Irlanda do Norte, que faz parte do Reino Unido e tem Belfast como capital.

2.2. Breve explicação do conflito

O *Acordo de Belfast* encerrou um conflito que durou cerca de 20 anos e dividiu a população irlandesa em dois grupos proeminentes: os católicos-republicanos, cuja maioria integrava o partido Sinn Fein (SF) e cuja luta era a total independência do Reino Unido, e os protestantes-unionistas, expressivamente representados pelo partido Partido Unionista do Ulster (UUP) e cuja bandeira visava à integração total da Ilha Irlandesa ao domínio britânico.

Cabe ressaltar que existe, no Reino Unido, dois tipos expressivos de poderes: o significante e o eficiente. O primeiro faz referência aos valores e tradições da população britânica, enquanto o segundo usa dessa concepção para fazer todo o sistema funcionar. Assim, existe o poder da Coroa e do Parlamento, fato que permite que, até hoje, outros 15 países, como Canadá e Austrália, sejam subordinados ao domínio da Coroa.

O fato é que os anseios do grupo unionista visavam à integração total aos dois poderes, discurso que abriu precedente para diversos desentendimentos na Ilha Irlandesa. Em meados de 1970, manifestações republicanas eclodem em Londonderry, única cidade predominantemente católica. Apesar de pacíficas, são fortemente repreendidas pela polícia, o que desencadeia uma série de confrontos sérios que assolaram a região de Londonderry e Belfast por aproximadamente 30 anos.

Para complementar o quadro, o Exército Provisório Republicano Irlandês (IRA), surgido em 1919, durante a Guerra de Independência da Irlanda, retomou suas atividades, indo de encontro às ações dos policiais. Por sua vez, grupos paramilitares se organizaram contra o IRA, este que por sua vez era predominantemente composto por protestantes.

A partir daí, foi instaurado o conflito conhecido como “The Troubles”, que resultou na morte de mais de 3.500 pessoas ao longo dos anos. Um episódio indistintamente marcante ocorreu no dia 30 de janeiro de 1972, quando paraquedistas britânicos ricochetearam a cidade de Londonderry com tiros, deixando 14 mortos. O ato ficou conhecido como “Bloody Sunday” e teve como resposta um ato do IRA em Belfast que deixou 9 mortos e 130 feridos, chamado “Bloody Friday”.

Em março de 1972, Londres dissolve o Parlamento da Irlanda do Norte e retoma o controle da região. O IRA amplia sua campanha de atentados em 1974, além de tentativas de execução a membros da família real, como o primo da Rainha, em 1979. A causa republicana ganha destaque em 1981, através da greve de fome iniciada na Penitenciária de Belfast por um grupo de detentos liderados por Bobby Sands, expoente do movimento católico.

Tais mortes produziram simpatia pela causa, ao passo que em 1982 o partido Sinn Fein, personificação política do IRA, consegue cadeiras na Assembleia norte-irlandesa. Assim, em 1985, a primeira-ministra Margaret Thatcher assina um acordo anglo-irlandês cuja máxima era a aceitação da República da Irlanda como detentores de voz nos assuntos da Ilha Britânica, conquistando assim sua independência do poderio britânico, alcançada em 1919.

Ainda assim, o governo irlandês não detém total autonomia, o que resulta no fim do cessar fogo do IRA consagrado em 85, resultando em novos ataques a Londres em 1996. Todavia, em julho de 1997, Tony Blair, do Sinn Fein, torna-se primeiro ministro, culminando na participação do Sinn Fein às mesas de negociações. Dessa forma, após longas negociações, o Acordo de Belfast é promulgado em 1998.

Este breve resumo apenas adianta um pouco o clima de tensão que permeou a região de Ulster – outra nomeação para a Irlanda do Norte – ao longo de uma guerra civil que durou cerca de 40 anos. O importante, daqui para frente, é ter em mente a premissa do conflito: uma forte desavença histórico-regional entre católicos e protestantes residentes na Irlanda do Norte, cada lado com seus objetivos e anseios – os quais devem ser incorporados por vocês.

2.3. Impactos à Sociedade Internacional

O Acordo selou o fim do impasse entre os grupos antagônicos, tendo apoio do IRA, fato que condicionou a John Hume, líder do partido católico, e David Trimble, chefe do partido protestante, receberam o Nobel da Paz, em 1998. Todavia, isto não foi suficiente para acabar com os impasses e ideologias extremistas. Apenas quatro meses após o acordo, o grupo dissidente do IRA, chamado IRA Autêntico, foi responsável pelo maior atentado da história do conflito. Conhecido como Atentado de Omagh, os combatentes do Autêntico lançaram uma bomba no mercado central desta cidade, a qual foi responsável por fazer 29 vítimas, dentre crianças e mulheres.

Desde então, 20 anos se passaram, de modo que os ânimos se acalmassem, mas sem fazer extinguir os ideais do conflito. Acontece que, especialmente nos últimos 3 anos, a região voltou a receber atenção especial pelo mundo. Em 2016, o governo britânico acionou o artigo 50 da União Europeia, o qual estabelece o direito à saída do pacto regional. Assim, muito se discute acerca desta decisão. Dentre os pontos, o de maior inflexão é em relação à fronteira entre Reino Unido e Irlanda, questão a qual foi resolvida com o acordo em 1998.

Conforme informa os dados do Parlamento Europeu em 2017, existem cerca de 275 travessias entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, além de 500 km de extensão da fronteira. Esta estatística torna-se alarmante a partir do momento em que se reconhece dois aspectos: o primeiro diz respeito ao *Espaço Schengen*. Este tratado é uma medida de livre circulação entre os países europeus signatários, de forma a incentivar o comércio dos Estados. Todavia, nem a Irlanda nem o Reino Unido faziam parte, o que resultou um acordo bilateral entre os agentes.

O segundo é que, desde o plebiscito realizado em 2016, o parlamento britânico vem tentando a formulação de um Acordo de Saída, de modo a conseguir direitos que não prejudiquem de forma imediata a população britânica. Conforme salienta os eurodeputados, é de extrema necessidade que neste acordo conste alguma cláusula que preserve as relações territoriais entre Irlanda e Reino Unido. Todavia, este acordo vem sendo repetidamente negado, alarmando a sociedade europeia e, sobretudo, internacional.

Por fim, cabe ressaltar o nível de integração entre Irlanda e Reino Unido. Apesar da divisão da província irlandesa entre norte e sul, ambos os lados mantém boas relações, fato evidenciado pelos pacientes da República que recebem tratamento de radioterapia na Irlanda do Norte e pelas crianças de Belfast que são operadas em Dublin. Além disso, 1/3 do leite

produzido na Irlanda do Norte é enriquecido na República, ao passo que 40% do frango produzido no sul é processado ao norte da fronteira (EUROPARL, 2017).

Dessa forma, os eurodeputados têm cada vez mais clamado por um fronteira não rígida – ou seja, que não restrinja burocraticamente o trânsito entre os Estados envolvidos –, além de ratificar a preocupação com a fiscalização ao longo da extensa fronteira. O coordenador do Parlamento Europeu, Guy Verhofstadt, transcreveu a preocupação para com a fronteira:

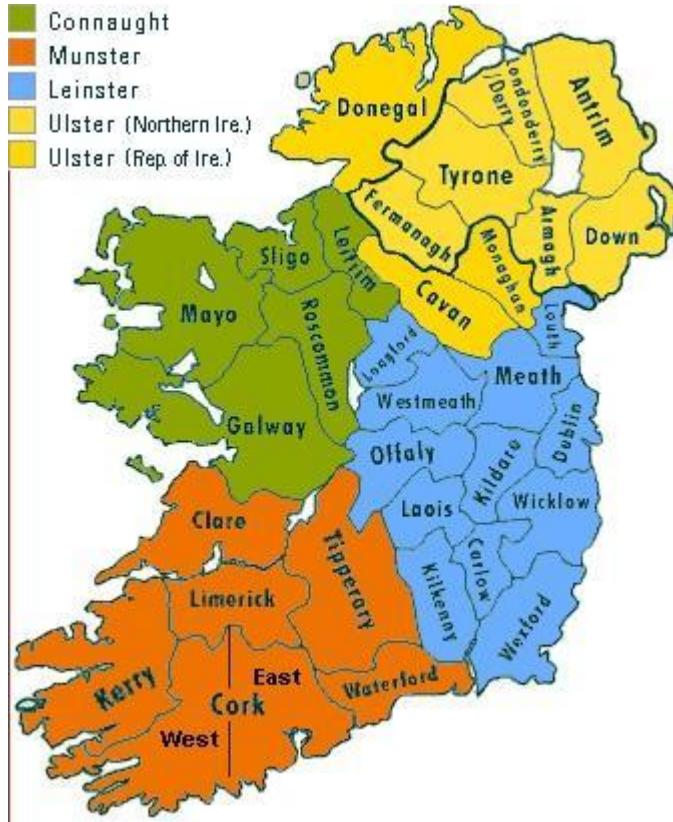
Esta fronteira criou caos, ódio e violência. Por isso reduzí-la a uma linha num mapa foi crucial. Não podemos permitir que a Irlanda sofra com a decisão do Reino Unido em deixar a União Europeia.

3. Contexto Histórico

O conflito entre irlandeses católicos e protestantes na Irlanda leva a pensar nos mais diversos fatores que poderiam ocasionar tal problemática. A afirmação de que eram apenas questões territoriais relevam as tensões levantamentos étnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais evidentes entre os grupos existentes. Sendo assim, para desvendar as motivações que deram origem a anos de guerra na província, é preciso realizar uma análise sobre a formação destes grupos, de modo a remontar até a situação a qual se encontram no presente momento.

3.1. Ocupação da Província Irlandesa

A ilha da Irlanda tem uma história densa e extraordinária, que remonta a 8000 aC, quando foi ocupada pela primeira vez por agricultores (CARVALHO, 2017). Desde então, a região passou por diversas eras que ajudaram na constituição do local como é conhecido atualmente. A chegada dos Celtas, cerca de 300 aC, explica a forte tradição e mitologia na região, a qual foi complementada com a ocupação normanda por volta de 1100 dC. Além disso, a presença dos Vikings, povos escandinavos que ocuparam a ilha durante o século VIII dC, explicam a magnitude dos símbolos e arquitetura. A eles é atribuída a fundação de Dublim.



A raiz do conflito surge no século V, quando São Patrício chega à Irlanda expulsando a religião pagã, herança da ocupação celta, e convertendo a região ao cristianismo. As heranças culturais do padroeiro da Irlanda marcaram a região de tal forma que todo dia 17 de março, data de sua morte, é feriado, comemorado como representação da nacionalidade irlandesa. No século VI, durante a Idade Média, a ilha foi dividida em 4 províncias: Ulster, Leinster, Munster e Connaught. No século VII, a Irlanda já se apresentava completamente cristianizada.

Em 1169 dC, a região é invadida pelos normandos, os quais iniciam sua dominação aos irlandeses. Liderados pelo comarca inglês Henrique II, inicia-se aqui o domínio inglês na ilha. Em 1177, a fim de anexar a ilha ao seu território, Henrique II, rei da Inglaterra, ordena o Príncipe inglês João Sem-Terra ao senhorio da Irlanda. Apesar da forte resistência irlandesa, muitos ingleses adentraram no país (principalmente em Ulster, região hoje correspondente à Irlanda do Norte).

3.1.1. A Reforma Protestante e a Resistência Irlandesa

Estava estabelecida uma certa harmonia entre a coroa britânica e os condes irlandeses. Contudo, no dia 31 de outubro de 1517, um fato mudou o mundo: Martinho Lutero fixava, às portas da igreja Católica, 95 teses que criticavam as práticas da igreja, dando início a Reforma Protestante. Esse fato foi preponderante para que as dissidências começassem a surgir. Em

1534, Henrique VIII da Inglaterra se separa de Roma e torna-se chefe da Igreja Anglicana. Henrique VIII é excomungado da igreja católica, ao passo que rompe com a Santa Sé. Assim, o monarca passa a não reconhecer a soberania da Igreja Católica e, como a posição constitucional inglesa estava incerta, Henrique VIII proclama-se rei da Irlanda em 1542, tendo aprovação do Parlamento Irlandês.

Neste ponto reside o início das desavenças entre irlandeses: uma vez que os residentes na ilha eram católicos, a imagem de um monarca que não se reconhecesse como parte do corpo católico causava mal-estar para muitos. Henrique VIII iniciou políticas de oposição aos católicos, de modo a atingir a Inglaterra, através do confisco de terras de proprietários católicos que não jurassem a ele fidelidade. Como resposta, os ingleses atacaram a cultura gaélica, proibindo língua, trajes e tudo relacionado à Irlanda, exilando artistas e harpistas. A Irlanda começou, gradativamente, a ser palco da luta entre reformistas e contra-reformistas.

Apesar disto, a ilha manteve seu caráter católico até o início do século XVII, de modo a manter as tradições incorporadas com a cristianização do século V. Todavia, em 1609, a resistência irlandesa foi definitivamente derrotada: o rei inglês James I autorizou a colonização em massa por protestantes ingleses e escoceses na região, os quais, até então, eram apenas 10%. Inicia-se assim a migração britânica para o território irlandês. Em 1672, a Irlanda adquire a atual divisão da ilha. Nessa época, o grupo católico ficou proibido de exercer atividades políticas e administrativas, tanto na Irlanda quanto na Inglaterra.

Neste momento, ocorre uma manifestação no território britânico que reconfigura a situação entre católicos e protestantes. Em 1688, inicia-se a Revolução Gloriosa. A Inglaterra tinha, no poder, Jaime II, rei da dinastia Stuart que adotou políticas de detrimento ao protestantismo. Acontece que, apesar de toda a resistência inicial à dissidência de Henrique VIII, a nação britânica havia se aproximado dos ideais protestantes. Dessa forma, Jaime II era considerado uma ameaça ao protestantismo. Assim, foi arquitetada uma invasão à Inglaterra a fim de tirá-lo do poder. O evento não foi brutal, culminando no fim do absolutismo monárquico britânico, na assunção de Guilherme III e na Lei da Exclusão, a qual estabelece que membros da coroa podem apenas se casar com membros da Igreja Anglicana, a fim de evitar a proximidade de católicos ao trono britânico.

No final do século XVII, os religiosos ingleses foram enviados à Irlanda para propagar a mensagem do protestantismo. O resultado foi um governo formado por anglo-irlandeses protestantes do norte. Desta forma, a maioria da população católica irlandesa passou a ser

tratada como uma população de “segunda classe”, anexando ainda mais a política velada de segregação étnica. Somente após a Revolução Americana de 1776 o Nacionalismo Irlandês tomou forma para se unir numa organização capaz de enfrentar os protestantes. Esta organização ficou conhecida como United Irishmen, a qual também foi responsável pelo levante conhecido como *Rebelião Irlandesa de 1798*, a qual tentou recuperar sua independência através de sublevar a província de Leister. Tal ato fracassou e foi controlado em 1801.

O século XIX foi marcado por revoltas e conflitos, incluindo a Guerra pela Terra, na qual a Inglaterra recém-industrializada transferia sua produção agrícola para a Irlanda, ainda de base rural e sem recursos minerais. A ocupação das terras férteis pelo governo britânico resultou na fuga e morte de milhões de irlandeses por fome, episódio conhecido como a Grande Fome, compreendida entre 1845 e 1849. Atualmente, alguns setores sociais irlandeses acusam os britânicos de promoverem um genocídio deliberado, visto que teriam expulsado muitos irlandeses de suas terras. Na versão dos ingleses, a fome foi consequência de uma praga que destruiu as plantações, sem relação com ações antrópicas.

3.1.2. Formação do IRA

Até este ponto, percebe-se a bipolarização formada dentro do território. A Grande Fome foi suficiente para eximir as lideranças irlandesas da luta pela representação política até 1860, quando estes se reergueram mas criaram duas vertentes. De um lado, um grupo de irlandeses preocupava-se com a luta parlamentar, encabeçados por Charles Steward Parnell, o qual assumiu o protesto contra a opressão dos latifundiários na Guerra das terras. Do outro lado, um grupo seguiu pela luta armada irregular, uma proposta de James Stephens que, a partir de 1863, organizou os Fenianos (CAIADO, 2017). Após Gladstone, liberal, ascender no governo britânico, houve alguns passos a fim de trazer autonomia para a Irlanda, mas todas as propostas foram negadas pelo parlamento britânico em 1893.

Esta falta de voz trazia muita revolta aos irlandeses. O início da Primeira Guerra Mundial ocupou as mesas britânicas, o que acarretou brechas para a ação irlandesa. Assim, em 1916, um grupo de militantes proclamados *Irish Republican Brotherhood* – Irmandade Republicana Irlandesa, precursora do IRA – ocuparam vários pontos da capital e proclamaram a República Irlandesa. A resposta inglesa foi dura: enviaram tropas para o local, as quais fuzilaram os líderes do movimento. Mesmo que a ação do IRB não tenha tido apoio popular, esta atitude do governo britânico popular fez-se indigna, ao passo que estes reconheceram que o domínio à região chegava ao fim.

Dos líderes do Levante de Páscoa, como ficou conhecido o ato de 1916, dois foram poupadados: Michael Collins e Eamon de Valera. Este fundou o *Sinn Féin* – Nós Sozinhos, partido nacionalista republicano – e aquele veio a fundar o *IRA* – Irish Republican Army –, instrumentos usados para conseguir a independência do território irlandês. É imperioso constatar que, ainda durante meados do século XIX, a Irlanda do Norte já aprimorava seu processo de industrialização e urbanização, fruto da vinda de britânicos na época. A província de Ulster, principalmente, começou a se desenvolver com rapidez, o que gerou muitas disparidades econômicas entre o norte e o sul. Simultaneamente, o sul permanecia dependente da agricultura e descontente com o crescimento do desconforto social ocasionado pelas duas realidades.

3.2. Independência da República da Irlanda

Apesar de muitos atribuírem ao *Easter Rising* – Levante de Páscoa, anteriormente descrito e ocorrido em 1916 – este não foi responsável pela independência da Ilha. Todavia, graças a ele o sentimento de liberdade foi favorecido, fato que permitiu a ascensão do partido político *Sinn Féin* ao parlamento, que, em 1918, ocupava 70% das cadeiras e dava suporte à luta pela soberania, além de criar um parlamento irlandês em Dublin, local de forte presença britânica. O Parlamento ficou conhecido como *Dáil*.

Assim, no ano seguinte, o Parlamento Irlandês proclamou a independência da República da Irlanda. Todavia, o Reino Unido negou-se a reconhecer o Estado. No início, o governo britânico, a fim de evitar a emancipação total da ilha, propôs a partição da ilha e a criação de duas Irlandas, ambas autônomas mas dentro do Reino Unido. Todavia, a ideia não teve tanta aderência e, sem dar outra opção aos irlandeses, iniciou-se à Guerra de Independência da Irlanda, na qual o *IRA* ganhou o destaque que possui hoje em dia, pela sua atuação no combate às tropas britânicas com táticas de guerrilhas.

3.2.1. Guerra Anglo-Irlandesa

Os conflitos a fim do reconhecimento britânico da autonomia da ilha se iniciaram, ao passo que a Real Polícia Irlandesa (RIC), uma força policial da administração britânica, era o principal alvo dos combatentes irlandeses. A RIC, junto ao Regimento dos Black and Tans, eram a principal força de Londres na Irlanda, as quais foram estabelecidas para combater o *IRA* (MOREIRA, 2011).

A priori, a guerra era essencialmente entre IRA e RIC. Todavia, a brutalidade nas respostas do governo britânico resultaram no apoio popular à causa da independência. Michael Collins, o líder militar referido anteriormente, estabeleceu um fundo de empréstimo nacional para financiar o IRA. Os republicanos passaram então a usar das greves como instrumento da guerra. Assim, em virtude das greves, os portos tinham dificuldade no desembarque de armamentos e de homens vindos da Coroa britânica.

Pouco mais de um ano foi o tempo necessário para que a administração britânica se desmantelasse. As unidades militares foram atacadas, ao passo que o poder judiciário não funcionava. Além disso, o sistema financeiro não operava mais. Estes fatos foram preponderantes para que inúmeros órgãos públicos deixassem de responder à Coroa. O resultado foi que, em 1920, a autoridade republicana era presente em cerca de 30 condados irlandeses. Em função destas vitórias, as forças britânicas iniciaram um uso de violência descontrolado, atacando a civis como recurso de intimidação.

3.2.2. Tratado Anglo-Irlandês

Em 1921, a situação tomou um novo contorno. De um lado, os ingleses possuíam proeminência em armamentos; por outro, os republicanos tinham apoio popular e organização tático-militar. Assim, ambos os lados constaram que os conflitos chegaram a um ponto prejudicial para os lados, ao passo que os custos tornaram-se elevados. Em julho, veio a trégua, ao passo que os 5 meses subsequentes foram permeados por negociações.

Em dezembro de 1921 surge o Tratado Anglo-Irlandês, o qual previa que a Irlanda passava a ser um Estado autônomo dentro do *Commonwealth*, pelo qual a província de Ulster, de maioria protestante, permaneceria ligada à Coroa. Todavia, o monarca inglês permaneceu sendo chefe de Estado. Mesmo frente a saída das tropas britânicas do território irlandês, algumas áreas e portos seguiram sobre domínio britânico. Dentro do ordenamento jurídico irlandês, o tratado tinha lugar acima da constituição, algo inaceitável para os irlandeses.

Porém, a priori tais reivindicações foram aceitas, uma vez que reconheceu-se a dificuldade de alçar uma independência plena ou manter os confrontos. Tais condições impostas pelos britânicos foram suficientes para causar resignação nos membros do IRA e do movimento republicano. Tais insatisfações culminaram a Guerra Civil Irlandesa, ocorrida entre 1922 e 23. Esta guerra civil foi travada entre as forças do novo Estado livre, apoiadores do Tratado

contendo as imposições do governo britânico, e os republicanos, que viam o Tratado como uma afronta. Esta guerra civil, interna ao território irlandês, levou mais vidas que a guerra de independência. O resultado foi a vitória por parte dos apoiadores do governo britânico.

3.3. Ressurgimento do conflito

Apesar do apaziguamento das questões no território irlandês, o conflito não demorou muito tempo para ressurgir. O fato é que, desde o fim da guerra civil e da anexação de Ulster ao território britânico, as dissidências entre agentes nunca terminou, apenas mudou de forma. Assim, os anos subsequentes serviram para anexar as diferenças sociais. Como exemplo, a província de Ulster, por mais que fosse protestante, possuía uma minoria católica, a qual foi fortemente discriminada. Do mesmo modo, as minorias protestantes que viviam ao sul da fronteira também enfrentavam problemas de adaptação social, porém em menor grau.

A minoria católica de Ulster não conseguia visibilidade católica, fato que culminou em protestos pacíficos para chamar atenção da Coroa. Todavia, a repressão policial seguida da ação de milícias armadas comandadas pelo líder Ian Paisley produziu ataques sangrentos aos bairros católicos. Tropas britânicas buscaram apaziguar os grupos, mas a sensação de repressão pelos católicos era tanta que o movimento tomou maiores proporções.

3.3.1. Desenvolvimento da Crise

The Troubles, como ficaram conhecidos os anos compreendidos entre o reaparecimento dos conflitos até o Acordo de Belfast, marcaram uma nova Guerra Civil irlandesa. Iniciada no dia 5 de outubro com a repressão policial e miliciana em Derry, na Irlanda do Norte, resultaram na morte de inúmeros civis, dentre eles mulheres e crianças.

Na altura de 1972, decorridos três anos de manifestações e repressões policiais, ocorreu uma manifestação católica na Irlanda do Norte, na qual estima-se que um total de 15 a 20 mil pessoas que avançavam as ruas da cidade de Derry, em direção à Câmara Municipal. Os manifestantes protestavam de forma pacífica contra a política do governo irlandês de prender sumariamente pessoas suspeitas de atos terroristas, sem ao menos um julgamento descente para tal.

Fato foi que, com o passar das horas ao longo da manifestação, 14 integrantes foram mortos a tiros por tropas britânicas, sendo 6 menores de idade e todos desarmados, fato confirmado após as investigações. Além disso, outros 14 ficaram feridos. Nesse sentido, há

duas versões que dividem as causas das mortes provocadas pelos policiais: a primeira, contada pela força armada legal, diz que alguns manifestantes se deslocaram da passeata pacífica e foram para cima das tropas com armas, pedras e bombas; por isso, a resposta “enérgica” dos policiais.

Já o segundo depoimento, dado por testemunhas civis, dizia que o exército inglês teria agido de forma um tanto quanto bruta, atirando contra os manifestantes e ocasionando as mortes supracitadas. Esse episódio ficou conhecido como *Domingo Sangrento*, o mais trágico de toda a guerra, e foi eternizado pela banda U2 na música *Sunday Bloody Sunday*. As palavras do médico legista da cidade, Hubert O’Neill, registram o sentimento deixado pelo ocorrido:

Isso se tornou conhecido como domingo sangrento, e foi sangrento. Era desnecessário. Surpreende-me o que o exército fez nesse dia, atiraram sem pensar no que eles estavam fazendo. Eles estavam atirando em inocentes. Estas pessoas podem ter tomado parte em uma marcha que foi proibida, mas isto não justifica que as tropas tenham disparado indiscriminadamente contra eles. Eu diria sem hesitação que foi puramente um assassinato. Foi assassinato. (O’Neill, 19??)

Após este dia, o IRA ganhou um número expressivo de jovens voluntários, dando força ainda maior a esse grupo guerrilheiro. Além disso, depois de anos de investigação, foi comprovado, na década de 1990, que o exército havia agido de maneira deliberada, precipitada e irresponsável. Sendo assim, houve um “pedido de desculpas” das autoridades do Reino Unido para com as famílias das vítimas, sem qualquer tipo de honraria ou dano moral. Fora tal acontecimento, entre os diversos atos terroristas da época, constataram-se no total 5 mortos e 31 feridos, além de uma tentativa de assassinato da Primeira-Ministra Britânica, Margaret Thatcher, pelo IRA. O acúmulo de tantos ocorridos negativos terminou em um grande descontentamento popular..

3.4. O Acordo de Belfast

Desta forma, o governo britânico, reconhecendo a inviabilidade de sustentar uma guerra sangrenta como essa propõe uma reunião para pôr fim a estes impasses seculares. No dia 10 de abril de 1998, representantes de todos os lados, além de simpatizantes às causas e mediadores internacionais, reuniram-se para assinar o Acordo da Sexta-feira Santa (*The Good Friday Agreement*, em inglês), em Belfast, na Irlanda do Norte, encerrando o Conflito Sectário. O

Reino Unido finalmente reconheceu que se a maioria da população da Irlanda do Norte quiser se unir à República da Irlanda, ele não irá se opor.

Conforme relata Leandro Loureiro Costa no Dossiê de Regionalismos (2015), o Acordo de Belfast foi promovido pelo primeiro-ministro Tony Blair, o qual organizou a primeira reunião entre as partes antagônicas, travestidas nas personalidades de do Unionista David Trimble e Gerry Adams, do Sinn Fein. Ambas as partes analisaram a negociação como momento único para um novo começo das relações entre as comunidades, a fim de reconciliar protestantes e católicos em torno de uma mediação, a fim de confortar as famílias de milhares de vítimas dos conflitos anteriores.

Este processo de mediação só obteve maior sucesso em 2007, quando o protestante Ian Paisley e o católico Martin McGuiness tornaram-se primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro, este permanecendo até 2017, ano de seu falecimento. Landon Hancock, professor da Kent State University, diz que o período entre a assinatura do acordo em 1998 e o estabelecimento do governo compartilhado em 2007 fora demorado e, por isso, houve casos de violência entre as partes até ser definido o compartilhamento do poder, sendo mais um fato a ser observado pelas delegadas.

3.4.1. Possibilidades de posicionamento

O conflito diverge em vários posicionamentos presentes no comitê. Nesse sentido, é relevante que as representações se esforcem para, em conjunto, promoverem o bem comum para toda a sociedade irlandesa. Desta forma, há duas questões separatistas:

- A interna: divisão ou união da República da Irlanda e da Irlanda do Norte e;
- A externa: divisão ou união da Irlanda do Norte e Grã-Bretanha.

Sendo assim, há as seguintes possibilidades de personalidades presentes:

- a) Ser protestante e querer a separação da Irlanda do Norte da República da Irlanda
 - Inglês que migrou para a Irlanda do Norte e quer que ela se separe do sul;
 - Irlandês que foi influenciado pela onda protestante e também quer a separação da ilha.

- b) Ser protestante e querer a união da Irlanda do norte à República da Irlanda
- Inglês que migrou para a Irlanda do Norte e quer que ela se mantenha unida ao sul;
 - Irlandês que foi influenciado pela onda protestante e também quer o mantimento da união da ilha.
- c) Ser protestante e quer a separação da Irlanda do norte do Grã-Bretanha
- Inglês que migrou para a Irlanda do Norte e quer que ela seja completamente independente, sem influência da Grã-Bretanha;
 - Irlandês que foi influenciado pela onda protestante e também quer a separação do norte irlandês em relação à Grã-Bretanha.
- d) Ser protestante e querer a união da Irlanda do Norte ao Reino Unido
- Inglês que migrou para a Irlanda do Norte e quer que ela se una com a Grã-Bretanha, formando assim o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;
 - Irlandês que foi influenciado pela onda protestante e também quer a união do norte irlandês em relação à Grã-Bretanha.
- e) Ser católico e querer a separação da Irlanda do norte da República da Irlanda
- Irlandês que quer a separação da ilha em 2 partes.
- f) Ser católico e querer a união da Irlanda do Norte à República da Irlanda
- Irlandês que quer a união total da ilha.
- g) Ser católico e querer a separação da Irlanda do norte do Reino Unido
- Irlandês que quer que a Grã-Bretanha deixe a Irlanda do Norte totalmente independente.
- h) Ser católico e querer a união da Irlanda do Norte ao Reino Unido
- Irlandês que quer que a Grã-Bretanha anexe seu território e intervenha em questões irlandesas.

5. Conclusão

Frente a todo o exposto, percebe-se que tal questão, apesar de aparentemente irrelevantes, é bastante complexa e merece muita atenção. Nas Relações Internacionais, é um assunto

pouquíssimo estudado (SMITH, 1999), sendo um objetivo de pesquisa bastante revelador, uma vez que remonta às origens celtas até o presente momento.

Percebe-se que o processo de conciliação política foi feito bastante em virtude da opinião pública, a qual proporcionou o debate entre as lideranças políticas antagônicas. Todavia, inúmeras questões passaram despercebidas, ao passo que o sentimento de revanchismo entre um grupo sobre o outro existe até hoje.

Mesmo que tenha havido a diminuição nos casos de violência do IRA, ainda existem grupos paramilitares dissidentes, os quais apresentam forte ameaça à estabilidade país. Em 2016, por exemplo, ao confirmar o Plebiscito do Brexit, grupos conservadores da região foram às ruas incendiar pneus nas fronteiras de modo a deixar avisado que, se necessário, o conflito pode ressurgir.

A popularidade inicial do Acordo decaiu exponencialmente. Ele foi, a certa maneira, falho, uma vez que, conforme exposto anteriormente, um governo compartilhado na Irlanda do Norte surgiu cerca de 10 anos depois. Todavia, não se pode descreditar a relativa paz restabelecida na região, a qual vem sendo fortemente meaçada.

Portanto, care delegate, você tem tudo que precisa. Mesmo sendo uma questão complicada, buscamos tornar o conteúdo o mais simplificado possível. Ademais, após a sessão de representações, você encontrará algumas especificidades do CHAB, descritas brevemente aqui a fim de segurar um pouco a ansiedade dos senhores – e nossa também!

Dessa forma, bons estudos, e contem conosco para o que for necessário.

6. Representações

6.1. Bancada pró-Reino Unido

Deste lado encontram-se as personalidades que visam à anexação de Ulster junto à Coroa Britânica, de forma que o território integre o Reino Unido. Para tanto, esta bancada da Conferência é composta pelos líderes e integrantes do *Ulster Unionist Party* -- Partido Unionista de Ulster --, na figura de protestantes-unionistas, além de se fazerem presentes as autoridades britânicas, bem como simpatizantes a este ideal.

6.1.1. David Trimble

O líder do Partido Unionista Ulster desde 1995, protestante, membro da *Orange Ordere* nascido em Belfast tem um papel fundamental na confecção do acordo. Acredita veementemente que a Irlanda deve continuar fazendo parte do Reino Unido da Grã Bretanha e então manter a lealdade à coroa britânica, como um território monárquico e protestante.

No início de sua carreira política, Trimble participou de um grupo chamado *Vanguard* que era liderado pelo radical Willian Craig, mas mesmo participando ativamente do grupo e sendo próximo de Craig, não concordava com os ideias mais violentos propostos por ele. Inclusive, Trimble por muito tempo se recusou a entrar numa mesma sala que alguns políticos republicanos e mesmo em negociações passadas, se recusou a olhar nos olhos de Gerry Adams.

Mesmo assim, acredita que sempre deve prezar pela resolução mais urgente possível, visto as baixas e a violência crescente causada pelo conflito. Quando foi eleito líder do partido, muitos consideraram que seria impossível atingir uma resolução, visto a derrota do político mais moderado John Taylor para o temperamental Trimble, mas este deve deixar um pouco de lado suas rivalidades e desentendimentos com alguns membros (especialmente aqueles que possuem relação com o IRA, organização cuja qual ele é completamente contra a existência) para dar espaço ao seu lado mais diplomático. Assim é o responsável por ser sensato e dialogar com todos os partidos presentes, inclusive o Sinn Féin, para que o acordo possa ser escrito e posto em prática.

Para isso deve efetivamente ser a liderança e convencer os outros membros de seu partido a também se sentarem e negociarem e que para chegar-se a um acordo ambos os lados deverão ceder. Além disso, busca também políticas que visem a desarmar o IRA e reduzir a atuação violenta deste grupo, prezando pela pacificidade no território irlandês após o acordo.

6.1.2. Reg Empey

Empey entrou, em 1984, no Partido Unionista de Ulster (UUP). Todavia, somente nos anos 90, ele tornou-se oficial do partido, devido a sua enorme influência nas equipes de negociação, além de se tornar um forte aliado de David Trimble.

Durante as conversações envolvidas no Acordo de Belfast, Empey atuou como negociador sindicalista sênior da UUP, além de ter sido uma força moderadora nas discussões

calorosas sobre o descomissionamento do IRA, ou seja, a retirada de grupos paramilitares católicos desses conflitos. Seus ideais se mostravam favoráveis à manutenção da província sob controle britânico.

Portanto, os princípios considerados por Reg Empey compreendem um posicionamento a favor do lado unionista. Ele visa, como um de seus planos, a união entre a Irlanda do Norte e a Inglaterra e irá fazer fortes negociações para que sua meta seja atingida, ao lado de Trimble, outra figura de bastante influência nessa questão. Ademais, considera também que os trabalhadores agrupados em sindicatos devem ter um papel ativo na condução da sociedade, sendo esta uma base de sua doutrina política. Além disso, cabe ainda salientar que Empey foi um dos maiores confrontantes em relação às ações tomadas pelo IRA. Desta forma, ele irá tomar todas as providências necessárias para a desativação desse grupo, observando-se todos os cuidados para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores e das pessoas em geral, e ao mesmo tempo, o meio ambiente.

6.1.3. Mark Durkan

Durkan iniciou sua carreira política em 1981, ao ingressar no Partido Social Democrata e Trabalhista (SDLP), principal representante da comunidade católica na Irlanda do Norte. Antes do Sinn Féin, ele era o maior partido norte-irlandês defensor da unificação da Irlanda, até ao fim da década de 1990. Sua ideologia compreendia um posicionamento social-democrata e nacionalista, além de ser membro do Partido Socialista Europeu e da Internacional Socialista.

Seus princípios políticos apoiam intervenções sócio-econômicas do Estado para promover justiça social dentro do sistema capitalista vigente, e uma política envolvendo Estado de bem-estar social, sindicatos e regulação da economia para promover uma distribuição de renda mais igualitária e um compromisso para com a democracia representativa. Ademais, seu posicionamento procurava defender os interesses nacionais não somente com palavras, mas com atitudes.

Ele é um membro-chave da equipe de negociação do partido antes do Acordo da Sexta-feira Santa. Em defesa do lado irlandês nacionalista, vai lutar pela unificação total da Irlanda e uma independência em relação à Inglaterra. Nesse sentido, mira defender um “não-assinamento” do acordo, em função daquilo que acredita ser o melhor para toda a população.

6.1.4. David Ervine

Durante sua juventude, Ervine participou da Força Voluntária Ulster, um grupo unionista paramilitar que pegou em armas em prol da causa unionista e é considerado um grupo terrorista por três países (Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos). Aos 21 anos ele foi preso quando pego em flagrante dirigindo um carro roubado com explosivos e foi condenado a onze anos de prisão. Quando saiu de lá percebeu que a causa unionista deveria ser defendida de maneira mais efetiva no âmbito político ao invés da luta armada, por isso foi participar do Partido Progressista Unionista (PUP).

Ervine ficou conhecido dentro de seu partido e dentro da política irlandesa como um homem cujo talento para discursos e falas era único, assim logo se tornou uma figura de liderança e um homem que poderia efetivamente mudar a situação violenta que ocorria na Irlanda. Por causa desse talento é importante para articular o Acordo, trazendo para a mesa e o debate ambos os lados do conflito e chegando a uma melhor resolução através da diplomacia e da política e não da violência.

Ervine é um Unionista Lealista, uma ideologia que acredita na manutenção da relação da Irlanda com o Reino Unido e o governo monárquico inglês deveria prevalecer no território da ilha ao lado da Grã Bretanha além de serem protestantes. Entretanto, não creem na unidade da Irlanda como um único país, acham que o sul, majoritariamente católico e o norte, majoritariamente cristão possuem visões e culturas muito diferentes para serem um único país, dessa forma a divisão da ilha em dois é uma das principais pautas desse grupo. Dentro disso, Ervine deve defender o mantimento da relação entre os dois países que serão criados na ilha, ao contrário de outros lealista que não queriam ter relações com a parte católica da ilha. Outra pauta a qual esse grupo não se contrapunha era acerca da soltura de líderes republicanos que estavam presos ao longo dos violentos The Troubles como os unionistas foram contra.

Além disso, Ervine deve vender a ideia de um acordo para a população e por isso foi um dos políticos que mais apareceu em jornais e defendeu a criação deste para que “as Irlandas” finalmente pudessem ter tempos de paz, não apenas politicamente, mas também socialmente.

6.1.5. Tony Blair

O residente de Downing Street número 10 representa os interesses da coroa inglesa em Belfast, e estes são mais importantes do que os interesses Irlandeses. Assim, deve tentar prezar pelo mantimento da Irlanda como parte do Reino Unido, entretanto também deve pensar na estabilidade do território, nas vidas que já foram perdidas no conflito e nas possíveis futuras

mortes que possam ocorrer caso nada seja feito. Por isso deverá advogar junto com os unionistas que o melhor caminho para a Irlanda é continuar respeitando a monarquia britânica e sempre pensar naquelas pessoas que se veem como inglesas e habitam o a ilha ao lado, em seus interesses e seu bem estar, mas principalmente nos interesses e no bem estar daqueles ingleses que habitam a Região do Ulster.

O Primeiro-Ministro britânico também via com certo receio a influência americana no acordo e achava a visão dessa delegação muito republicana. O líder do Partido Trabalhista foi eleito para esse cargo em 1997, após 18 anos de governo conservador, que na visão de Blair observou a violência crescer na Irlanda e não agiu de forma efetiva para solucionar o problema, por isso ao assumir também começa a dar importância a essa questão. Assim ele se utilizou de anos de negociação de seu antecessor, John Major, para escrever e por em prática o acordo.

Seu principal objetivo na reunião é manter a soberania inglesa e, até quando a população quiser, toda a Irlanda e especialmente a parte norte do território. Por isso, deverá prezar para que a lei britânica se faça cumprir e não deverá aceitar facilmente que os líderes republicanos presos fossem soltos e deve tentar buscar proteger o território com o desarmamento de grupos que põe em risco a população e que estes não devem nunca fazer parte de qualquer governo.

6.1.6. John Major

Major é um político britânico conservador, que foi primeiro-ministro do Reino Unido de 1990 a 1997, sucedendo a “dama de ferro” Margaret Thatcher e dando continuidade a políticas conservadoras. Em 1977, devido a sua baixa popularidade, ele perdeu as eleições para Tony Blair, que veio a se tornar o novo primeiro-ministro do Reino Unido.

Ele foi o responsável pela emissão da *Declaração Conjunta sobre a Paz* (mais conhecida como Declaração de Downing Street) juntamente a Albert Reynolds, então Taoiseach (Primeiro Ministro da República da Irlanda), em dezembro de 1993, sob nome dos governos britânico e irlandês. Isso inclui declarações como:

- O governo britânico não tinha nenhum interesse "estratégico ou econômico egoísta" na Irlanda do Norte. Esta declaração levaria, eventualmente, à revogação da Lei do Governo da Irlanda de 1920;

- O governo britânico defenderia o direito do povo da Irlanda do Norte de decidir entre a União com a Grã-Bretanha ou uma Irlanda unida;
- O povo da ilha da Irlanda, norte e sul, tinha o direito exclusivo de resolver os problemas entre o norte e o sul por consentimento mútuo;
- O governo irlandês tentaria resolver os temores sindicalistas de uma Irlanda unida, alterando a Constituição da Irlanda de acordo com o princípio do consentimento;
- Uma Irlanda unida só poderia ser criada por meios pacíficos.
- A paz deve envolver um fim permanente ao uso ou apoio à violência paramilitar.

Tal declaração foi de ímpar importância para o surgimento, anos depois, da reunião que suscitou no Acordo de Sexta-Feira Santa. Desta forma, Major vai ter um posicionamento de caráter unionista, sendo a favor da unificação entre a Irlanda do Norte e a Inglaterra. Entretanto, ao mesmo tempo, deverá se mostrar favorável não às suas preferências, mas ao que for da vontade da maioria do povo da Irlanda do Norte.

6.1.7. Ian Paisley

Paisley é um líder religioso protestante e lealista, atual líder do partido democrático Ulster desde 1971. Ele foi co-fundador da Igreja Presbiteriana Livre do Ulster e começou a se envolver na política e na questão do conflito sectário na década de 1960. Liderou movimentos contra os direitos civis dos católicos e nunca apoiou nenhuma resolução que já tenha sido alcançada para resolver o problema, na sua visão os esforços que tem sido feitos tem dado muita margem para os republicanos católicos imporem suas demandas, o que, para ele, é um absurdo, pois o governo norte irlandês não deve negociar com esses grupos, apenas se eles aceitarem todas as exigências dos protestantes do Ulster.

Uma possível partilha do governo do Norte entre os católicos e protestantes é completamente inviável em sua visão, os primeiros deveriam se submeter ao governo protestante e à monarquia inglesa. Assim vai para Belfast na esperança que o acordo seja selado

com todas as exigências dos partidos unionistas lealistas e não irá aceitar um acordo que dê qualquer tipo de direito aos católicos republicanos na província norte do território.

Sendo um político lealista deverá prezar pela divisão da ilha irlandesa em dois territórios, uma parte católica, ao sul e uma protestante, ao norte. Tem um viés mais radical do que alguns de seus companheiros lealistas e acha inviável qualquer tipo de relação, seja econômica, política, social, entre o norte e o sul, são culturas muito diferentes, sobretudo na questão religiosa, visto que em sua visão o Papa é uma representação do Anticristo. Deve também se portar favorável ao desarmamento do IRA e contra a soltura de líderes republicanos.

6.1.8. Monica McWilliams

Em sua trajetória, Monica teve um papel sempre muito incisivo em questões sociais, se posicionando, boa parte das vezes, em defesa do lado feminino. Dessa maneira, em 1996, ela co-fundou a Coalizão de Mulheres da Irlanda do Norte, um partido político que atravessou a divisão sectária e adotou uma plataforma partidária baseada na inclusão, igualdade e direitos humanos.

Monica é uma das signatárias do Acordo de Belfast em 1998, no qual defendeu propostas sobre as vítimas do conflito, educação integrada e moradia compartilhada. Além disso, dado suas perspectivas políticas feministas, se empenhou para o estabelecimento de um fórum cívico e o direito das mulheres a uma participação política justa e igualitária. As ideias apresentadas pela Coalizão de Mulheres se tornaram parte integrante do Acordo de Sexta-feira Santa. Ademais, Monica fez uma campanha pró-acordo durante o referendo, continuando a fazer amizades com partidos políticos muito diversos, incluindo aqueles que antes eram afiliados a grupos armados. Tempos depois, presidiu o subcomitê de direitos humanos como parte da implementação do Acordo da Sexta-feira Santa.

Portanto, sendo uma das arquitetas do Acordo, Monica a todo o momento se mostra favorável à ratificação deste. Seus ideais defendem a proposta unionista de unificação da Irlanda do Norte com a Inglaterra, atrelada à participação feminina nas negociações. Além disso, deverá se mostrar bastante aberta ao diálogo, tanto com representações de mentalidade semelhante, quanto com outras de pensamentos divergentes, especialmente aqueles que são a favor das atuações do IRA.

6.1.9 Jeffrey Donaldson

Bem jovem, Donaldson começou a se preocupar com o conflito sectário na Irlanda e então entrou no Partido Unionista Ulster e na *Orange Order*. Começou a se engajar mais ainda na política quando um membro de sua família foi assassinado pelo IRA enquanto servia a polícia local. Assim é um político protestante que busca resolver o conflito de uma vez por todas para que a violência se cesse, entretanto vê que a Irlanda deve se manter um país unido e que respeite a coroa britânica, sendo então um país oficialmente protestante junto do Reino Unido. É extremamente favorável ao desarmamento do IRA, inclusive acha que isso já deveria ter sido determinado com mais veemência há muito tempo além de ser contra a soltura dos líderes republicanos.

Há um tempo Donaldson vem tendo certos desentendimentos com Trimble, o líder de seu partido, acha que ele tem sido muito passivo quanto as atitudes que vem sendo tomadas pelo Sinn Féin e acha que não deve haver negociação com esses, as determinações unionistas devem ser respeitadas e não irá apoiar um acordo em que os católicos republicanos possam sair privilegiados de forma alguma. Assim seu papel em Belfast é expor as ideias unionistas e defende-las de maneira enfática, pensando sempre na população protestante irlandesa que já vem sofrendo muito, em sua visão, por causa da violência daqueles que não aceitam a soberania britânica.

6.1.10 Mo Mowlam

A atual Principal Secretária de Estado de Vossa Majestade na Irlanda do Norte e a primeira mulher a atuar nesse cargo, foi fundamental na campanha de Blair para Primeiro Ministro. Quando aceitou o cargo em 1997 foi a responsável por trazer para o debate os socialistas, que não queriam fazer nenhum acordo e foi quem articulou o cessar fogo por parte do IRA durante o período de criação de uma resolução. Por causa dessas atitudes sua relação com os unionistas acabou ficando péssima, o que tornou muito mais difícil seu envolvimento no acordo.

Além disso era uma mulher muito decidida acerca de suas ações, era uma feminista declarada, tinha um temperamento muito forte e falava o que pensava, o que dificultava mais ainda sua relação com os conservadores e unionistas.

Como tinha um bom relacionamento com os políticos republicanos e também com os lealistas, deve juntar ambos os grupos e facilitar o processo de negociações entre eles, fazendo sempre com que estas andassem e não ficassem estagnadas em um tópico específico ou por causa de alguma demanda que alguém apresentasse apenas para travar o andamento do debate.

Como é uma participante do governo da coroa britânica, deve responder e defender os interesses dessa. Deve estar junto com o chefe de Estado, Blair na maioria das decisões, mas por ser uma pessoa muito certa de suas decisões, também pode agir de forma a mostrar suas opiniões para que se chegue a um acordo e por ser muito próxima de Blair, poderá tentar convencê-lo daquilo que defende que será o melhor para o governo de Vossa Majestade também no longo prazo.

6.2. Bancada pró-Irlanda

Para compor esta parte da mesa, fazem parte todos os que defendem a unidade da Ilha Irlandesa, ou seja, que as seis províncias sejam identificadas como uma só nação. Dessa forma, os líderes do Sinn Féin de católicos-republicanos, junto aos simpatizantes desta ideia e do governo que luta por esta causa integram esta parte da bancada.

6.2.1. Gerry Adams

Principal líder do Sinn Féin, principal partido de esquerda da Irlanda, nacionalista e republicano. Deverá defender os interesses desse grupo no Acordo, buscará a integração da Irlanda como um país só e defenderá a criação do regime republicano no país, visando acabar com a relação política e econômica com o Reino Unido.

Em seus discursos nunca se utilizou do nome Irlanda do Norte, sempre dizia “Norte da Irlanda” quando queria se referir a este território, pois não acreditava na criação de dois países separados nessa ilha, mas sim em uma Irlanda unida, forte e republicana e defendia isso em seus discursos através destes termos.

É um homem que sempre esteve envolvido na política e na defesa desses princípios, participando de negociações com o Reino Unido desde a década de 1960-1970. Assim como Trimble se mostrou um líder unionista e foi responsável por levar ambos os lados para um acordo, Adams também deve ser responsável pelo debate e tentar resolver o conflito, entretanto para ele é muito importante que as vontades republicanas e nacionalistas sejam postas em prática se não um acordo não poderia ser feito, para ele as demandas que seu partido e que os nacionalistas vem fazendo nos últimos anos são inegociáveis. Para ele o acordo deve ser muito detalhado e ter uma base legislativa forte para que não houvesse chance do UUP burlá-lo de alguma forma.

Além disso, também defende a libertação de todos os líderes republicanos presos que acabaram sendo pegos em algum momento do The Troubles, para ele é fundamental que isso

seja feito para um efetivo recomeço para o país. É também contra qualquer tipo de cláusula que vise por tentar desarmar o IRA.

6.2.2. John Hume

Fundador do Partido Social Democrata e Trabalhista, também possui um papel fundamental para a resolução do acordo. Hume é católico e luta pela garantia dos direitos civis dessa parte da população desde após a década de 1960, entretanto nunca foi favorável a atitudes extremistas e nunca quis um conflito armado para a obtenção desses direitos. Como um defensor da paz, tentou negociar com os outros partidos de esquerda, como o Sinn Féin desde a década de 1980, assim, deverá ter um papel de buscar uma solução pacífica para o conflito, usando o diálogo e a diplomacia como a melhor arma.

Além disso, nunca foi favorável ao fato do IRA e dos republicanos terem pego em armas e tentado resolver o conflito de maneira violenta, logo deve ponderar isso no acordo e condenar as atitudes que causaram as mortes de vários ao longo das décadas. Sendo um nacionalista e não um republicano, deverá também colocar no acordo sua visão política, ou seja, prezar pelas negociações com os outros partidos de esquerda, mas não irá deixar ser aprovado um acordo que não leve em consideração e seja contrário a pauta nacionalista.

6.2.3. Martin McGuiness

É o braço direito de Gerry Adams e um dos líderes do Sinn Féin. Não possuía uma família ativa e reconhecida na luta republicana como a de Adams e por isso só veio a se destacar como uma liderança mais velha. Também nacionalista e republicano chegou a fazer parte da luta armada desses movimentos, sendo um membro assumido do IRA e um comandante paramilitar respeitado e temido até pelo exército britânico.

A partir da década de 1990 o movimento republicano começa a ficar mais politizado e tanto McGuiness quanto Adams assumem lideranças desse movimento e são grandes agentes no processo de negociação em Belfast. Esse entende que o momento da luta armada já tinha passado, os republicanos já haviam chamado a atenção para a sua causa e que agora deveriam ser mais diplomáticos para chegarem a um acordo em que as pautas desse grupo sejam finalmente legitimadas.

6.2.4. Bertie Ahern

É o atual Taoiseach (Primeiro Ministro) irlandês desde 1997 e líder do Partido Fianna Fáil, que é um partido abertamente republicano na Irlanda fundado no início do século. O partido foi formado após alguns membros do Sinn Féin começarem a discordar de algumas visões e atitudes tomadas pelo partido, até que decidiram sair e formar um novo partido, mais moderado e que apesar de ser um partido republicano, é considerado um partido de centro-direita, exatamente por ter uma visão menos radical do que o Sinn Féin.

Ao assumir a liderança do partido em 1994, e principalmente depois que se tornou Taoiseach, Ahern tomou para si a responsabilidade de criar um acordo para resolver o conflito na Irlanda, ele é muito preocupado com questões econômicas no território e acha que o conflito tem comprometido o país nesse quesito, dessa forma resolver de uma vez por todas esse problema trona-se uma missão para ele após virar o líder de um dos principais e maiores partidos irlandeses.

Por ser membro de um partido com visões não usuais em diferentes pontos, ou seja, defendem algumas das principais pautas da esquerda irlandesa como o republicanismo, mas também tem algumas visões de centro-direita, Ahern tem um bom relacionamento com todos os políticos presentes na reunião e por isso poderá se utilizar disso para trabalhar com as diferentes visões e trazer todos para uma resolução que tem como objetivo acabar com a violência e com o derramamento de sangue.

Graças a esse bom relacionamento, também deve fazer o Sinn Féin, partido mais radical sentar para resolver a questão efetivamente e conter certas exigências que são feitas por parte desse partido que na visão de Ahern muitas vezes só servem para atrapalhar a busca de uma resolução. Assim busca também a colaboração de outros partidos que não possuem um viés radical para que haja, sobretudo, diálogo e diplomacia.

6.2.5 Brendan Duddy

Duddy é um católico e republicano convicto, mas também é um pacifista que acredita veementemente na diplomacia. Durante anos foi o responsável por fazer o diálogo entre o IRA e o governo britânico, devido a confiança dos ingleses na sua pessoa. Foi muito enfático acerca do papel do governo britânico no famoso episódio do Domingo Sangrento, mostrando a este o absurdo que havia sido feito. Dessa forma foi o principal negociador do governo britânico e o grupo armado IRA, pois mesmo sendo acreditando na visão republicana, seu lado antiviolência também deve pesar muito em suas tomadas de decisões.

6.2.6 Chris Hudson

Hudson foi criado em uma família tradicionalmente católica e republicana, tanto seu pai quanto seu tio eram membros do IRA, inclusive seu pai foi um dos membros fundadores do Fianna Fáil, o maior partido republicano irlandês. Apesar disso sempre se mostrou contra a violência desses grupos e achava que a via diplomática era o melhor jeito para a instalação de uma república no país, dessa forma se envolveu em várias negociações e tratados, buscando reduzir a violência causada pela guerra civil, sendo até reconhecido pelo governo inglês e tendo boas relações até mesmo com membros do UUP.

Ele é um reverendo que desde o início da década tem tido um papel fundamental nas negociações com o Ulster Volunteer Force (UVF) pedindo para que a violência se encerrasse. Durante quase um ano de negociações, o UVF só respondia Hudson com ameaças de novos ataques e esse período foi um dos mais violentos desse grupo, cujo líder era David Ervine. Hudson passava as informações para os líderes de seu partido, já que o governo irlandês se recusava a negociar com os lealistas. Após o cessar fogo do IRA em 1994, ele tenta convencer os lealistas a também declararem um cessar fogo e se o fizessem o governo irlandês iria diretamente negociar com eles, entretanto isso foi em vão e estes cometeram um ataque quase duas semanas após o pedido de Hudson. O cessar fogo por parte dos lealistas só veio quase um mês depois, e quando acontece Hudson volta a negociar com esses, visando a alcançar algum tipo de acordo ou resolução.

É um homem que acredita veementemente na diplomacia e no diálogo, inclusive defende que existem lealistas bons e que só querem o melhor para o país, até por causa disso teve seu nome manchado com parte da imprensa irlandesa, mas deve se portar como alguém em que os lealistas possam confiar e alguém que está aberto ao diálogo e que no final das contas só quer que a Irlanda seja um país livre de violência e que saiba conviver com a diversidade.

6.3. Observadores

Além dos lados antagônicos, os quais permeiam o conflito desde a sua origem, a reunião tem a presença marcada de personalidades externas, as quais influenciaram de algum modo na redação e no firmamento do Acordo de Belfast. Mesmo que deles fosse exigida certa neutralidade, cada um, conforme seus anseios e vínculos interpessoais, inclinou-se para um lado. Todavia, isto não é um fato de conhecimento para todos, cabendo aos delegados que

incorporarão o papel destes observadores defender seus pontos de vista sem salientar suas ambições.

6.3.1. Bill Clinton

O 42º Presidente dos Estados Unidos, que assumiu em 1993 e foi reeleito em 1996 teve um governo muito turbulento marcado por conflitos militares fora dos EUA, principalmente no Oriente Médio após a ascensão de Saddam Hussein no poder no Iraque e a problemática das armas de destruição em massa neste país, no Afeganistão, no Sudão e também nos países da antiga Iugoslávia no que ficou conhecido como Guerra do Kosovo.

Ele decidiu intervir no conflito da Irlanda como ninguém nunca antes havia feito para tentar solucionar o problema, assim começou diversas discussões em Washington D.C. e em Londres. Antes mesmo de virar presidente ele já havia manifestado interesse em buscar uma resolução no conflito e trouxe essa pauta para sua agenda antes mesmo de ser eleito, em 1992, quando abordado por um grupo de americanos com descendência irlandesa que queria uma intervenção da maior economia do mundo no país de seus ancestrais. A questão também era de certa importância para ele, pois sua avó materna era Irlandesa.

Em 1994, um ano após se tornar presidente, Clinton da um visto para Gerry Adams, permitindo-o entrar nos EUA (o governo britânico não deixava o líder do Sinn Féin tirar nenhum visto, para que não saísse do país) e o convida para uma conversa. Nesse momento, Bill coloca Adams como uma figura política importante e basicamente o reconhece como uma peça chave para a resolução do conflito irlandês, buscando acalmar com a violência por parte do IRA, mostrando que para se ter um acordo era fundamental negociar com estes.

A posição americana é de tentar resolver essa questão. Mortes e atos violentos não serão mais tolerados, pois a resolução de qualquer problema deve ser diplomática e democrática. Assim, os EUA devem utilizar-se de seu poder como maior potência no planeta para fazer com que todos os partidos, até mesmo os mais radicais não fiquem apenas fazendo demandas e não deixando que nenhum acordo ocorra efetivamente, mas deverá ser incisivo na rápida criação de um acordo, lembrando sempre dos preceitos enraizados na cultura americana de liberdade e democracia.

6.3.2. George Mitchell

Mitchell foi o enviado do presidente Bill Clinton para tratar do conflito na Irlanda. Foi senador pelo estado do Maine, pelo partido Democrata de 1980 até 1995. Ele deve defender a visão americana e do presidente Clinton na reunião, mas além disso ele propôs seis ideias que ficaram conhecidas como os Princípios de Mitchell (The Mitchell Principles), para servirem como regras iniciais a serem seguidas em qualquer resolução tomada nessa questão.

Ele de certa forma deve mediar os debates e ser uma espécie de terceira voz dentro da reunião, buscando uma resolução pacífica e mais rápida, para isso deve escutar os dois lados, virando alguém em que ambos os lados confiem, sabendo que podem dialogar e tentar chegar em um meio termo que efetivamente cesse o longo conflito de forma democrática e de uma vez por todas. Para isso ele deve levar em consideração que existem não apenas os partidos políticos que debatem e explicitam suas visões, mas também outros grupos que se armam e geram medo na população, devendo ouvi-los e incluí-los no acordo. Abaixo foi feita uma tradução livre dos princípios:

1. Resolver democraticamente e de forma exclusivamente pacífica qualquer problema político;
2. Desarmar qualquer tipo de organização paramilitar;
3. Concordar que esse desarmamento deve ser verificado por uma comissão independente;
4. Renunciar, e se opor a qualquer tentativa de outros, para se utilizar de força, ou ameaçar o uso desta na tentativa de influenciar e mudar qualquer tipo de negociação;
5. Concordar em acatar qualquer termo de qualquer tratado acordado em negociações e recorrer à medidas democráticas e exclusivamente pacíficas na tentativa de alterar qualquer aspecto de uma resolução que alguém venha a discordar e;
6. Urgir para que punições como morte e espancamentos se cessem e tomar medidas efetivas para prevenir tais ações.

6.3.3. John White

John White, legalista inglês também comumente mencionado como “Coco” ou “Capitão Black”, era um informante da polícia, leal ao governo estabelecido. No entanto, nem sempre as coisas foram assim para White. Sua vida foi bastante conturbada, tendo sido preso pelos assassinatos de 1973 dos políticos nacionalistas Paddy Wilson e Irene Andrews, os quais sofreram várias facadas até a morte.

White se tornou um informante da polícia após sua libertação da prisão. Sendo assim, no início dos anos 90, ele emergiu como porta-voz dos prisioneiros do então Partido Democrático de Ulster (DUP), fundado por Ian Paisley, o maior dos partidos políticos unionistas da Irlanda do Norte. Contudo, mesmo após sua soltura, White era suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas. O presidente do Sinn Fein, Gerry Adams, chegou perto de nomeá-lo como tal durante uma sessão privada de negociações políticas em Castle Buildings, em Stormont, que levaram ao Acordo da Sexta-feira Santa. Nesse sentido, não obstante, em sua defesa, White já havia argumentado que, segundo sua perspectiva, não havia nenhuma contradição em ser traficante e patriota.

Havia também sua associação e forte amizade com Johnny Adair, a figura mais próxima dele. Ele e Adair se tornaram as duas das influências mais desestabilizadoras do lealismo durante os anos do processo de paz. De fato, pode-se argumentar que eles são os principais responsáveis pela “bagunça” ocasionada no lealismo.

White tem sua atuação valorizada devido ao seu papel no lealismo político após o cessar-fogo, na preparação para o Acordo da Sexta-feira Santa e seus vínculos com o Conselho Interno da Associação de Defesa do Ulster (UDA), que é um grupo paramilitar protestante terrorista da Irlanda do Norte que, ao contrário do católico IRA, acredita que o Ulster deve permanecer como parte do Reino Unido. John inclusive teria participado de reuniões com os chamados brigadeiros - as seis figuras mais importantes do grupo paramilitar.

Nesse sentido, ele vai propor a assinatura do Acordo sob uma visão unionista e lealista, dado que apoia a existência continuada da Irlanda do Norte, integrada ao Reino Unido, e se opõe a uma Irlanda unida. Portanto, diante das coisas, ele será um valioso dispositivo de escuta dentro desta parte da comunidade dos “loyals”.

6.3.4. Harri Holkeri

Em 1997, Harri Holkeri tornou-se o primeiro-ministro finlandês e, um ano depois, em 1998, teve um papel de liderança nas negociações de paz na Irlanda do Norte, que levaram ao Acordo da Sexta-feira Santa. Os talentos políticos e diplomáticos do estadista finlandês foram reconhecidos pelo convite para co-presidir as conversações multipartidárias que levaram ao Acordo da Sexta-feira Santa de 1998. Ele trabalhou em conjunto com o ex-senador dos EUA, George Mitchell, e o general aposentado do Canadá, John de Chastelain, que também desempenhou um papel importante na supervisão do desmantelamento de armas paramilitares.

Harri Holkeri era amplamente respeitado em todo o espectro político por sua habilidade política e imparcialidade. Vários foram os discursos de aprovação em relação a atuação de Holkeri nas negociações do Acordo. O presidente do Sinn Fein, Gerry Adams, por sua vez, homenageou sua habilidade como presidente e sua distinta carreira internacional. Adams acrescentou que Holkeri seria lembrado internacionalmente por seu trabalho ao lado de George Mitchell nas reuniões que suscitaram no Acordo. Já o líder da Aliança, David Ford, disse que Holkeri seria lembrado por sua justiça e diligência em co-presidir as negociações de paz.

O Ministro da Justiça também se pronunciou, dizendo: "O povo da Irlanda do Norte deve a Harri uma enorme dívida de gratidão por seu trabalho árduo nesse papel e por sua capacidade de ajudar no avanço do processo de paz". Por fim, o co-presidente da Assembléia Parlamentar Britânico-Irlandesa Joe McHugh TD disse que Harri Holkeri desempenhou um papel crucial nas negociações difíceis e muitas vezes tensas que antecederam o Acordo da Sexta-feira Santa. McHugh disse: "Embora seu papel não tenha sido tão celebrado ou tão público quanto o do senador George Mitchell, sua contribuição foi apreciada por muitos dos que participaram das negociações".

Desta forma, Holkeri vai desempenhar um papel presidencial totalmente justo, idôneo e imparcial, a fim de garantir a sequencialidade das discussões e dar andamento ao processo de paz na Irlanda. Portanto, não se posicionará ao lado dos unionistas nem dos republicanos, mas como uma figura central de apaziguamento, avaliando o que é favorável ao bem comum.

6.3.5. John de Chastelain

De Chastelain é um romeno filho de pai escocês e mãe americana, se mudou cedo para a Inglaterra e aos 17 anos foi para o Canadá estudar na Universidade Real Militar do Canadá, visando a seguir carreira no exército desse país. Ele chegou a se tornar embaixador canadense nos Estados Unidos até se aposentar das forças armadas em 1995. Desde então passou a se

preocupar e atuar ativamente na busca de uma resolução para o conflito na Irlanda. Assim, em 1997 passa a chefiar a *InternationalIndependentComissionononDecommissioning*, uma comissão responsável por supervisionar o desarmamento de grupos paramilitares na Irlanda do Norte.

Dessa forma ele supervisiona o desarmamento de grupos como o IRA e o exército Lealista. Sua posição é mais de mediador e deve buscar uma resolução pacífica e diplomática para o conflito e da forma mais rápida possível, deve prezar para que o acordo seja viável juridicamente e que possa ser efetivo para por fim no conflito, ou seja, não aceitará que o acordo seja completamente irrealista ou amplo para que não tenha eficiência prática.

Também não deverá deixar que os dois lados fiquem apenas fazendo exigências inviáveis e que atrapalhem as discussões em busca de um acordo. É um homem muito respeitado por sua carreira militar extremamente bem sucedida por ambos os lados e poderá usar disso para que os representantes dialoguem.

7. Funcionamento do Comitê

Assim como qualquer outro comitê, o CHAB segue as regras convencionais já conhecidas no meio das simulações. Todavia, por se tratar de um evento sem vínculo diplomático a determinada organização ou instituição – tratando-se de uma reunião de Chefes de Estados e políticos proeminente –, existem algumas informações adicionais importantes de serem ressaltadas aqui. Ademais, ao início da primeira sessão, todas as regras serão revisadas – tanto os procedimentos tradicionais quanto os nuances da Conferência Histórica.

7.1. Documentos

Todos os representantes da Conferência possuem certo tipo de poder, desde o Primeiro Ministro do Reino Unido até o Braço direito do líder do UUP. Essa autoridade tem vários meios de se manifestar no comitê, seja através do discurso, de bilhetes diplomáticos, de resoluções, de documentos de trabalhos e/ou de ordens. Assim, segue abaixo a descrição destas modalidades de documentos.

7.1.1. Ordens

As ordens são, em suma, uma ação ou uma série de ações mandatórias escritas, preferencialmente no papel, que utilizam de diversos meios para atingir um objetivo, seja ele político, militar e/ou econômico. Essas ações podem variar desde compra de botijões até assassinatos. Conforme escrito, as ordens são uma manifestação dos poderes de cada delegado, ou seja, não podem ultrapassar as áreas de domínio de cada autoridade. Um exemplo desse limite é um ministro de relações exteriores tentar realizar uma movimentação militar, o que é incabível para sua posição.

Uma ordem não possui formato específico, porém alguns elementos devem estar em sua estrutura, sendo eles: Data, Hora, Nome do remetente, Assinatura do remetente, Desenvolvimento da Ordem. Para simplificar, uma ordem deve ser algo prático, rápido de escrever e com objetivo e meios claro. Além disso, a precisão de uma ordem configura uma maior probabilidade de sucesso, ou seja, os detalhes são importantes e podem definir o curso da conferência. Enfim, aqui estão alguns exemplos de ordem, como já dito anteriormente, as ordens não possuem formato fixo mas podem adotar as seguintes estruturas:

7.1.2. Documentos de Trabalho

Assim como em comitês normais, documentos de trabalhos estarão vigentes na conferência principal. Um documento de trabalho é basicamente um documento semioficial que tem por objetivo representar uma ideia, resumir uma discussão e/ou apresentar um fato. Os DT, como as ordens, não possuem formato definido, podendo ser simplesmente notícias ou pontos a serem debatidos. Todavia, esses documentos são responsáveis por definir o escopo da resolução, ou seja, recomenda-se que o formato do arquivo seja próximo ao de uma resolução.

7.1.3. Acordos

Os acordos são o objetivo do comitê. Eles representam a finalidade da câmera bilateral e são constituídos por determinações e princípios os quais ambas as nações concordam em seguir. No CHAB, o acordo será igual a uma resolução, porém terá um sentido levemente diferente dos comitês normais, apesar do formato fixo do modelo ONU. A estrutura e processo de votação dos acordos serão similares ao de uma resolução em um modelo padrão da simulação, os quais serão explicados na passagem de regras. Entretanto, poderá ser aprovado mais de um acordo durante a Conferência, podendo ser aprovados em qualquer sessão, além de todos possuírem caráter mandatório.

Além disso, os acordos aprovados serão considerados autoridade suprema na conferência, nenhuma ordem poderá violar os termos prescritos no documento. Os procedimentos de votação são mais práticos e o Acordo não precisa ser um documento final do comitê, podendo assim, ser votada durante a simulação, não apenas no final. Vale afirmar que, como todos os tópicos são mandatórios, os Chefes de cada nação têm poder de voto, ou seja, caso a liderança do país vote contra, o projeto é anulado.

Dessa forma, as resoluções são a maior arma dos corpos diplomáticos de ambos os países. A estrutura de um acordo divide-se em cláusulas pré ambulatórias e operativas: as pré ambulatórias definem os princípios e fundamentos, sejam eles jurídicos ou não, em que o acordo se baseia, já as operativas definem a ação ativa envolvendo ambos os países. Num acordo há também os signatários, que representam os membros interessados pelo projeto, não necessariamente os favoráveis ao Acordo. Para um documento desses poder ser enviado é necessário, no mínimo, 8 signatários.

7.2. Hierarquia

No Comitê existe o fator hierarquia, que define a abrangência dos poderes de cada representação. A hierarquia existe para definir a precedência e o cabimento de uma ordem. Como os conflitos irlandeses são essencialmente de forças irregulares, as quais não fazem parte do corpo militar (a exceção da RIC), há apenas a hierarquia do corpo diplomático, ao passo que as ordens militares são condicionadas aos primeiros-ministros, uma vez que estes são considerados os mais antigos dentro do escalão militar.

7.2.1. Corpo Diplomático

A função de separar os delegados de um mesmo país em corpos é simplesmente definir o foco que cada delegado possuirá. Ainda assim, os delegados de ambos os corpos podem opinar e dar sugestões sobre qualquer área discutida, a diferenciação por corpos não serve para definir limites, mas para dinamizar o comitê.

Dessa forma, todos os delegados de ambas as partes podem discursar, enviar ordens, escrever resoluções, fazer reuniões paralelas e etc. As únicas ações restritas a alguma parte estão descritas nesses tópicos. Entre os deveres do corpo diplomático, destaca-se: nunca se abster de uma votação procedural, discutir sobre os documentos e resoluções apresentados e manter contato com o corpo diplomático do outro país. Já os direitos são basicamente as moções especiais que aqui serão apresentadas.

8. Referências Bibliográficas

- AMNESTY INTERNATIONAL, (2013). Northern Ireland: Time to Deal with the Past, Amnesty International Ltd, Londres.
- ELIAS, Ivi Vasconcelos. (2009) O mito de Sísifo: a mediação do processo de paz na Irlanda do Norte e a assinatura do Acordo de Sexta Feira Santa. – Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais.
- FIERK, K.M (2006) Bewitched by the Past Social Memory, Trauma and International Relations. In: Memory, Trauma and World Politics. New York: Palgrave Macmillan.
- HANCOCK, Landon E. (2008) The Northern Irish peace process: from top to bottom. International Studies Review, v.10.
- KOHN, Hans (1955) Nationalism, Its Meaning and History. New York: Van Nostrand.
- O'LEARY, Brendan. (2001) The Protection of Human Rights under Belfast Agreement. The Political Quarterly. v.72, p. 353-365.
- SMITH, M.L.R. (1999) The Intellectual Internment of a Conflict: The Forgotten War in Northern Ireland. International Affairs. v. 75, p.77-97.